

A ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO: UMALENTE DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

LA ANÁLISIS ARQUEOLÓGICO DEL DISCURSO: UNALENTE DE INVESTIGACIÓN PARA LA EDUCACIÓN

Eduardo Jorge Lopes da Silva¹

RESUMO

Este artigo visa refletir sobre o uso da Arqueologia do Saber, preconizada por Michel Foucault, como uma ferramenta para as pesquisas no campo da educação: a Análise Arqueológica do Discurso (AAD). Essa abordagem teórico-metodológica tem sido objeto de reflexões para vários estudiosos, como mais uma alternativa para as análises dos objetos de investigação. A AAD trabalha com textos, criteriosamente escolhidos, a partir do estabelecimento de um *corpus* material, isto é, das coisas ditas expressas em determinado tempo e lugar, como algo possível de aparecer em certo momento. É, portanto, uma abordagem de cunho histórico, cujas categorias principais são o discurso e o enunciado. Por fim, é uma lente de pesquisa que possibilita compreender determinado fenômeno da educação e da sociedade de um modo geral, uma vez que, com a AAD, é possível identificar, nos discursos, as construções sociais que orientam as ações dos sujeitos, suas práticas e modos de convivência.

Palavras-chave: Análise Arqueológica do Discurso. Pesquisa. Educação.

INTRODUÇÃO

No presente texto, propomos fazer uma descrição da Análise Arqueológica do Discurso (AAD) e apresentar as principais categorias presentes nessa proposta construída por Foucault. Para isso, assumimos a responsabilidade de afirmar que a proposta da AAD cabe, dependendo do objeto, como lentes de observação para as pesquisas qualitativas, especialmente na área da educação.

Uma das mais importantes características das pesquisas qualitativas é a produção (material e imaterial) dos seres humanos, ou seja, tudo aquilo que o humano é capaz de produzir, seja através de transformações sobre a natureza, seja a partir de suas ideias, de seus pensamentos e linguagens. A pesquisa qualitativa é muito mais oportuna para aquele tipo de investigação que tem no sujeito humano e em suas práticas discursivas e não discursivas o foco principal de suas análises. Esse tipo de pesquisa procura centrar seu alvo no sujeito “[...] com toda a sua complexidade, e na sua inserção e interação com o ambiente sociocultural e natural [...]” (D’AMBROSIO, 2003, p. 103).

A pesquisa que tem nas ações dos seres humanos o seu alvo principal também se preocupa com o processo construído para se chegar a determinado fato. O produto não se configura sozinho em seu foco de preocupação, porque entendemos que os sujeitos

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (1999), Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2003) e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (2011). Atualmente é professor Adjunto I da Universidade Federal da Paraíba (CCHSA/DCSA). E-mail: eduardojorgels@gmail.com

humanos são seres inconclusos, inacabados, um projeto infinito que está em constante movimento (FREIRE, 2005, BOFF, 2000). Os seres humanos são, portanto, criativos e em processo. Nesse tecido, as pesquisas realizadas por Foucault também focalizavam os sujeitos humanos e nos revelam, em síntese, que a principal preocupação desse filósofo, em toda a extensão de sua obra, eram os sujeitos humanos, envolvidos na relação de poder, “[...] como aspecto integral da produção de discursos voltados às verdades. Meu objetivo tem sido o de criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornam sujeitos [...]”, afirma Foucault (apud PETERS e BESLEY, 2008, p. 17).

Diante do exposto, o presente artigo apresenta uma possível descrição da Análise Arqueológica do Discurso (AAD), destacando quem é o sujeito, na perspectiva da AAD, e as categorias principais (discurso e enunciado), visando se compreender esse recurso de análise para as pesquisas que se alinham a essa perspectiva. Para essa empreitada, além do próprio Foucault, buscamos a colaboração de outros pesquisadores, que reforçam nossa intencionalidade e os objetivos apresentados neste artigo.

DESCRIÇÃO DA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO

A AAD trabalha com textos, criteriosamente escolhidos, a partir do estabelecimento de um *corpus* material, isto é, das coisas ditas, expressas em um tempo e um lugar, como algo possível de aparecer naquele dado momento ou “[...] como práticas sociais que constituem os modos de existência não só de pessoas, como também de instituições [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 1). Esse tipo de abordagem é caracterizada como histórica, na perspectiva não tradicionalista que sequencia os fatos e os enredos de modo linear, mas compreendendo a história como um acontecimento, ou seja, “[...] como objeto de descrição e como questão metodológica. Na realidade, esses dois aspectos estão tão entrelaçados em uma relação que falar de história, em Foucault, é falar do sujeito e vice-versa, falar do sujeito é falar da história [...]” (CASTRO, 2009, p. 204).

A AAD irá “[...] tratar sempre de análises de discursos [...] na maneira como os discursos são tematizados [...]” (MACHADO, 1988, p. 161). É uma perspectiva filiada ao paradigma pós-estruturalista (SILVA, 2002). A definição de pós-estruturalismo, como aponta Silva (2002, p. 247), é pouco precisa, mas pode ser distinguida “[...] como um conjunto de desenvolvimentos teóricos vinculados a uma determinada concepção do papel e da natureza da linguagem, uma concepção que modifica e estende aquela sustentada pelo estruturalismo [...]”. Ou seja, na perspectiva estruturalista, a linguagem é concebida

[...] como um meio transparente e neutro de representação da realidade. Uma das implicações da ‘virada lingüística’ é conceber o nosso conhecimento e compreensão do mundo social como necessariamente vinculada à própria forma como nomeamos esse mundo. Esse processo de nomeação não é mero reflexo de uma realidade que existe lá fora; esse processo produz, constitui, forma a realidade (SILVA, 2002, p. 254, grifo do autor).

A linguagem, portanto, expressa muito do que somos e da nossa *vontade de verdade* e *vontade de saber*, logo, não pode ser concebida como algo neutro, porquanto é uma forma que os seres humanos criaram para interagir com o real das coisas. Há, enfim, certo saber-poder, ou seja, a intencionalidade nas ações humanas. Nesse sentido,

a AAD concebe a linguagem como um ponto de partida para a investigação dos discursos.

Os variados tipos de discursos produzidos pelos homens têm uma intencionalidade, uma *vontade de verdade*, isto é,

[...] consiste dos planos de objetos a conhecer, dos métodos para efetivar o conhecimento, das funções e posições do sujeito cognoscente, do desejo de conhecer, verificar, comprovar cientificamente, e, principalmente, dos investimentos materiais, técnicos, instrumentais do conhecimento em relação ao modo como o saber é aplicado em uma sociedade (FAE, 2004, p. 412).

Para isso, vamos entender, apoiados em Foucault (2007, p. 112), que

[...] o discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo [e que] os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; [e que] podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia [formação discursiva] [...].

Os discursos são compreendidos como produção humana, cujos textos são provenientes da análise documental de depoimentos dos sujeitos concretos, protagonistas de processos históricos. Conforme assevera Camarão (2002, p. 118), “[...] o discurso pode nos orientar a uma *práxis* educativa mais reflexiva e coerente”, mesmo compreendendo que não existe uma relação de causalidade entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas, pois, “[...] mesmo que haja certa dependência, o discurso gozará de uma autonomia relativa, isto é, a existência de um domínio de regras que estabelece os dizeres [...]” (CAMARÃO, 2002, p. 117). A autonomia dos discursos pode ser compreendida através dos efeitos de poder que eles propagam, da *vontade de verdade* existente em sua estrutura, da intenção que a transforma e a disciplina em uma dada época.

Diante disso, comenta Fischer (2001, p. 198-199), “analisar o discurso seria dar conta exatamente de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão ‘vivas’ nos discursos”. Sendo assim, “[...] uma atitude metodológica foucaultiana é justamente essa: a de prestar atenção à linguagem como constituidora, como produtora, como inseparável das práticas institucionais de qualquer setor da vida humana [...]” (FISCHER, 2003, p. 377).

Então, a pesquisa de inspiração foucaultiana nos leva a assumir “atitudes metodológicas [...] absolutamente necessárias ao pesquisador, particularmente do campo das ciências humanas e da educação” (FISCHER, 2003, p. 372), uma vez que devemos compreender o seguinte:

[...] nossas lutas (e pesquisas) sempre têm a ver com a linguagem, já que estamos continuamente envolvidos com lutas discursivas; [...] atentar para a ideia de que palavras e coisas dizem respeito a fatos e enunciados que, a rigor, são ‘raros’, isto é, não são óbvios, estão para além das ‘coisas dadas’; [...] que fatos e enunciados referem-se basicamente a práticas, discursivas e não-discursivas, as quais constituem matéria-prima de nossas investigações, seja em que campo essas se concentrem, e dizem respeito sempre a relações de poder e a modos de constituição dos sujeitos individuais e sociais; finalmente, a atitude de entrega do pesquisador a modos de pensamento que aceitem

o inesperado, especialmente aqueles que se diferenciam do que ele próprio pensa (FISCHER, 2003, p. 372-373).

A AAD busca identificar os enunciados produzidos sobre determinado fenômeno e descrevê-los. É um processo histórico e, como tal, não conseguimos compreendê-lo fora da ação dos seres humanos. Igualmente, é “[...] algo que irrompe num tempo e espaço específicos, ou seja, no interior de certa formação discursiva [...]” (FISCHER, 2003). Portanto, entendemos que é possível dialogar com Foucault tendo como base material empírica de análise a linguagem em forma textual e, a partir daí, identificar os enunciados presentes nos discursos.

É nesse sentido que a AAD é tomada como um procedimento metodológico ou “atitude metodológica”, como um modo de analisar os enunciados existentes em um dado discurso sobre um dado objeto. Foucault (1996, p.19) sintetiza sua pretensão com a *Arqueologia do Saber* como a possibilidade de “[...] definir o nível particular no qual o analista deve colocar-se para fazer aparecer a existência do discurso científico e seu funcionamento [...]”.

Ainda em sua *Arqueologia do Saber*, Foucault nos alerta para a necessidade de encontrar a lei que propicia o aparecimento dos diversos enunciados, bem como o lugar de onde eles advêm. A formação das modalidades enunciativas parte primeiro da identificação do sujeito que fala, isto é, quem é esse sujeito? “Qual é o *status* dos indivíduos que têm [...] o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? [...]” (FOUCAULT, 2000a, p. 57). Esse sujeito (físico ou jurídico) precisa estar submetido a uma dada ordem do discurso, através da qual a sociedade se legitima através de um *status*². O *status* é uma posição ocupada pelos sujeitos em uma dada sociedade e legitimada por ela. Tem uma rede de relações e certo poder. Portanto,

[...] compreende também um sistema de diferenciação e de relações (divisão das atribuições, subordinação hierárquica, complementaridade funcional, demanda, transmissão ou troca de informações) com outros indivíduos ou outros grupos que têm eles próprios seu *status* (com o poder político e seus representantes, com o poder judiciário, com diferentes corpos profissionais, com grupos religiosos) [...]. Compreende, também, certo número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade [...] (FOUCAULT, 2000a, p. 57).

Entende-se que o sujeito que fala necessita de aprovação social ou, como afirmamos acima, de estar submetido à ordem do discurso estabelecida pela sociedade. Então, a partir do seu *status* social, o sujeito é uma função exercida em determinada sociedade, e tal legitimidade lhe é conferida através das instituições sociais (universidades, repartições públicas ou privadas, jurídicas, organizações não governamentais, religiosas, movimentos sociais, família etc.). Deleuze (2006, p. 64)

² Toda sociedade compreende um sistema de *status* ou posições. *Status* é a localização do indivíduo na hierarquia social, de acordo com a sua participação na distribuição desigual da riqueza, do prestígio e do poder. Quando nos referimos a poder, em Sociologia, não limitamos o significado dessa expressão ao seu sentido estritamente político “[...] Além da forma ratificada e legitimada de poder pelo Estado, que é o poder político, muitas outras expressões de poder se manifestam em todos os níveis das relações sociais. [Portanto] onde quer que exista desigualdade de *status*, tende a haver alguma forma de manifestação de poder” (VILA NOVA, 2000, p. 117, grifo do autor). Aliás, o poder se manifesta em toda relação humana. Onde existe uma relação entre seres humanos, seja mais horizontalizada ou não, haverá relações de força e de poder.

sintetiza o conceito de sujeito como “[...] um lugar ou posição que varia muito segundo o tipo, segundo o limiar do enunciado; o próprio ‘autor’ não passa de uma dessas posições possíveis, em certos casos [...]”. Conclui-se, então, que o **sujeito foucaultiano** é identificado pela posição ou *status* ocupado e socialmente legitimado.

Vale esclarecer que Foucault (2008) compreende a sociedade como um “corpo social”, pelo qual circula poder nas microrrelações cotidianas dos sujeitos humanos. Portanto, o poder não se limita ao Estado. Sendo assim, todo e qualquer sujeito humano é protagonista de ações nesse corpo social. Não são apenas pessoas sujeitas a uma ordem, força e poder. Elas também resistem às formas de regulação da sociedade.

O sujeito foucaultiano é um sujeito disperso e descontínuo na história, por se entender que uma pessoa (sujeito) não se constitui na origem, na gênese de um discurso. Vamos entender, portanto, que, para Foucault, nesse momento, só é possível conhecer determinado objeto a partir do que foi dito sobre ele, ou seja, em uma base linguística. Assim, “[...] o sujeito do enunciado não é o sujeito da frase, como também não é o seu autor. Ele é uma função vazia onde diferentes sujeitos podem vir tomar posição e, assim, ocupar esse lugar quando formulam o enunciado [...]” (MACHADO, 1988, p. 168).

Definido o sujeito que fala e o seu *status*, a AAD nos orienta a

[...] descrever também os lugares institucionais [de onde se obtém o discurso desse mesmo sujeito] e onde esse encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação) (FOUCAULT, 2000a, p. 58).

Tais lugares são diversos. Então, a escola, os sindicatos, os órgãos governamentais e não governamentais são lugares que legitimam os discursos dos sujeitos. Compreende-se, ainda, que “os lugares institucionais” não estão restritos ou concentrados em um único local, porque “[...] todo um feixe de relações se encontra em jogo [...]” (FOUCAULT, 2000a, p. 59).

Então, identificados os lugares institucionais,

[...] é preciso somar as posições que o sujeito pode ocupar na rede de informações (no ensino teórico [...]; no sistema da comunicação oral ou da documentação escrita: como emissor e receptor de observações, de relatórios, de dados estatísticos, de proposições teóricas gerais, de projetos ou de decisões) (FOUCAULT, 2000a, p. 59).

Constatamos que os sujeitos ocupam diversas posições. Eles não estão circunscritos em um único *status*. Há, portanto, um feixe ou um nó de relações, uma vez que as coisas ditas não se encontram soltas, dissociadas ou desarticuladas, portanto, formam conceitos para serem analisados e desvelados.

ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO: CONCEITUAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Conforme assevera Foucault (1996, p. 25), a “[...] análise arqueológica é a análise da maneira [...] pela qual os objetos são constituídos, os sujeitos se colocam, e os objetos se formam”. É uma forma de abordagem que se ocupa dos enunciados identificados nos discursos (DELEUZE, 2006). Sob essa perspectiva, não se analisam unidades linguísticas (frases, proposições, palavra etc.), pois sua intenção, seu objeto de estudo e pesquisa é de descobrir os enunciados presentes nessas unidades. Para isso,

“[...] é preciso então rachar, abrir as palavras, as frases e as proposições para extrair delas os enunciados [...]” (DELEUZE, 2006, p. 61). A acuidade e a sensibilidade do pesquisador, aliadas ao rigor científico, entram em jogo para a realização de tal intento.

Os enunciados, em termos amplos, correspondem às unidades do discurso. Todo e qualquer discurso dificilmente não detém enunciados. Foucault entende o discurso como um elemento disperso e descontínuo, fora da lógica da linearidade. Ele rompe com a forma de fazer pesquisa como algo cujas ideias estão encadeadas retineamente, previstas como se estivessem seguindo uma ordem cronológica.

Na proposta de análise arqueológica do discurso, o analista é orientado a não remeter o discurso “[...] à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância”, afirma Foucault (2000a, p. 28). Em outras palavras, entendemos que não é necessário tratar o discurso buscando sua origem, mas no que é posto por ele, no momento em que é enunciado. Isso porque, para Foucault (2000a, p. 30), “[...] os enunciados são acontecimentos [...]”, ou seja, o discurso é tratado segundo uma perspectiva histórica. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 29),

[...] no interior da análise do discurso – segundo uma perspectiva histórica –, o acontecimento discursivo se define em relação à inscrição do que é dito em um momento determinado em configurações de enunciados. [Para Foucault] um enunciado é sempre um acontecimento, na medida em que sua análise não pode ser reduzida às considerações sobre a língua, o sentido e o referente.

Os enunciados, por conseguinte, dizem de determinado modo em um dado contexto sócio-histórico. Expressam uma forma de leitura da realidade que, para Foucault, ressurge em outro momento histórico, em virtude de determinados acontecimentos sociais. Assim, tal abordagem teórico-metodológica objetiva identificar as unidades do discurso: os *enunciados*. Ela não pode ser confundida com uma análise no nível linguístico, apesar da necessidade da língua de estabelecer um *corpus* para análise. Diante disso, “[...] o enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente [...]” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 32). Os enunciados são as unidades do discurso e precisam de um corpo linguístico para poder aparecer ou serem descobertos, ou seja, de textos que possam revelá-los para conhecer certo objeto de investigação. Então, a linguagem é um componente fundamental para a análise do discurso.

Nessa abordagem de análise, não se compreende o discurso como algo escondido, indizível ou não dito. Sendo assim, a análise arqueológica tem a linguagem como ponto de partida para investigação. A linguagem é essencial para que se possa falar sobre o objeto de interesse do pesquisador. Ela é a mediação entre o homem e a natureza. A linguagem é a forma de expressão que os sujeitos humanos construíram para se relacionar com a natureza ou, como assevera Orlandi (2005, p. 15), “[...] a Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social [...]”.

Os enunciados, quando analisados no âmbito do discurso, remetem-nos a um campo do conhecimento, como a Educação, da Antropologia, a Medicina clínica – especialmente esta última, um dos objetos dos estudos arqueológicos foucaultianos. Esse campo do conhecimento é que vai dar origem à *formação dos objetos* que, na perspectiva da AAD, são enunciados dispersos no tempo e no espaço.

Assim, para atender às orientações da AAD, o analista do discurso precisa demarcar a *superfície de emergência* dos enunciados ou *lugar de aparecimento* do objeto da investigação. Isso reforça a ideia de que os enunciados não são algo solto, sem

um *locus* que lhes garanta uma origem ou um espaço de emergência. Confirmando esse entendimento, Deleuze (2006, p. 21, grifo nosso) faz a seguinte constatação:

Uma instituição comporta, ela mesma, enunciados, por exemplo, uma constituição, uma carta, contrato, inscrições e registros. Inversamente, **os enunciados remetem a um meio institucional sem o qual os objetos surgidos nesses lugares do enunciado não poderiam ser formados [...].**

O percurso metodológico da AAD orienta, ainda, para que se descrevam as **instâncias de delimitação** do objeto, isto é, a delimitação do *corpus* documental para análise, visto que uma das características dos enunciados, entre tantas, é a sua diversidade. Por isso, é necessário se **estabelecer um *corpus* para a análise do objeto**. No campo discursivo da educação, os enunciados que surgem, através das superfícies de aparecimento, são diversos e tratam de vários e determinados assuntos: formação do educador, relação professor-aluno, avaliação da aprendizagem, didática, proposta pedagógica, gestão, currículo etc. Por isso, é preciso recortar e demarcar o objeto e delimitar o *corpus* para a análise.

Enfim, é necessário analisar as *grades de especificação* do objeto, ou seja, as relações possíveis entre os enunciados. É essa relação que, “[...] atuando no discurso [...], permitiram a formação de todo um conjunto de objetos diversos” (FOUCAULT, 2000a, p. 50), ou seja, de uma *formação discursiva (FD)*. A FD é que vai dar origem a um dado objeto, porquanto será ela que irá reunir o conjunto de enunciados para formá-lo. Logo,

[...] a formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar (FOUCAULT, 2000a, p. 50-51).

Portanto, o *objeto*, para existir, necessita de um feixe de relações. Tal feixe está em uma ordem de condições de aparecimento. Essas condições são históricas e de domínio de parentesco com outros objetos. Sendo assim, é necessário situar historicamente o objeto de pesquisa, apresentando alguns cenários discursivos que oportunizam o aparecimento dos discursos a serem analisados. Esses cenários contribuem para que o pesquisador compreenda que “[...] o objeto do discurso precisa, portanto, estar inserido em uma dada formação discursiva [...]” (FOUCAULT, 2000a, p. 51).

OS ENUNCIADOS: IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO

Para se identificar um dado enunciado, Foucault nos orienta a compreendê-lo para além de uma proposição ou, como afirma o próprio filósofo, não se pode “[...] definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase” (FOUCAULT, 2000a, p. 93). Isso nos leva a entender que os enunciados transpõem as frases, as regras gramaticais, uma palavra etc. Então, os enunciados podem ser identificados em tudo o que é passível de materialização suplementar, isto é,

[...] uma árvore genealógica, um livro contábil, as estimativas de um balanço comercial, são enunciados [...]; uma equação de enésimo grau ou fórmula algébrica da lei da refração devem ser consideradas como enunciados [...] Finalmente, um gráfico, uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades, um esboço de repartição, formam enunciados [...] (FOUCAULT, 2000a, p. 93).

Vê-se que o enunciado é muito mais amplo que uma frase ou uma proposição lógica. Ele pode ser encontrado “[...] onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que os *speech acts* que podemos isolar [...]” (FOUCAULT, 2000a, p. 95). Logo, declara Foucault (2000a, p. 96): “[...] O limiar do enunciado seria o limiar da existência dos signos [...]”. Ele acrescenta que, para dado enunciado existir, é necessária uma materialidade expressa através dos signos. Isto é, para que uma sequência de elementos linguísticos (relação de signos, frases ou proposições) possa ser analisada como enunciado, exige-se que ela apresente determinadas características.

A primeira característica é a existência do *espaço correlato ou um referencial*, isto é, “um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas [...]”. Assim, a questão que se ergue, quando se pretende analisar um enunciado, é: um dado enunciado nos remete a que ou a qual referencial? O *referencial*, de acordo com Foucault (2000a, p. 104),

[...] não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidades, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou de objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à posição seu valor de verdade.

É um conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação. Não é seu nível gramatical, muito menos, seu nível lógico. Logo, “[...] a descrição do nível enunciativo [se faz através da] análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças [...]” (FOUCAULT, 2000a, p. 105). O espaço correlato pode se configurar em dimensões políticas, educacionais, econômicas, sociais etc. Em síntese, esses campos, tomados como exemplos, são referências que formam um lugar, uma condição, um destaque que diferencia os enunciados, no entanto se reúnem em um feixe de relações entre si.

A segunda característica tem a ver com o *sujeito enunciativo* ou “autor”. Para Foucault (2000a, p. 107), o sujeito enunciativo

[...] é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia [ou seja, não possui um dono, um proprietário], podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.

Assim, pode-se entender que o sujeito enunciativo é uma função ocupada em dado momento para poder proferir determinado enunciado.

Não é preciso, pois conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase [...]. É lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes [...]. Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la (FOUCAULT, 2000a, p. 109).

O filósofo nos leva a entender que tudo o que propagamos é influenciado pelo lugar, ou seja, pela posição social que ocupamos. São essas instâncias sociais que produzem os enunciados. Nós apenas atuamos na condição função sujeito, função autor ou sujeito enunciadador.

A terceira característica é a existência do *campo associado* ou *domínio associado* que, segundo Foucault, é o que oportuniza ao enunciado ser diferente de um conjunto de signos, de uma frase e de uma proposição. Assim, o campo associado é o que possibilita que um enunciado costure uma teia de relações com outros enunciados. Portanto, o enunciado,

[...] desde a sua raiz, se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja [Logo] não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistência, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis (FOUCAULT, 2000a, p. 113-114).

Em síntese, o filósofo reforça sua ideia de que, para que uma sequência de elementos linguísticos possa ser analisada como um enunciado, deve estar inserida em um campo associado, ou seja, articulada com outros enunciados, mas não sendo os outros, muito menos, sua continuidade. Podemos exemplificar que um enunciado do campo jurídico faça associação com enunciados do campo educacional, do campo da ética e da moral etc. Diante disso, o enunciado, ou um grupo de enunciados, é multiplicidade (DELEUZE, 2006), isto é, eles existem a partir de um feixe de relações com outros enunciados em tempos e espaços distintos. Não há, então, uma necessidade cronológica entre os enunciados, mas a busca de uma regularidade entre eles.

A quarta e última característica tem a ver com o enunciado *possuir existência material*, ou seja, o enunciado posto, colocado, deverá, portanto, ser apresentado através de uma espessura material. Essa materialidade não é dada apenas em forma suplementar, apesar de ser uma parte que constitui o enunciado (FOUCAULT, 2000a). Entendemos que a materialidade de um enunciado está em sua existência como tal (ou como ente). “[...] As coordenadas e o status material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos [...]” (FOUCAULT, 2000a, p. 115).

Portanto, o enunciado, em parte, materializado através de suplementos diversos e, em parte, em sua existência como um ente, é o que o faz existir na condição de enunciado. Com tudo isso, afirma Foucault (2000a, p. 116) que a materialidade “[...] é

constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data [...]”.

Então, pensar a materialidade do enunciado é pensar que ela não se circunscreve apenas ao que é sensível, palpável ou através de uma espessura material. Em síntese, a materialidade do enunciado é constituída, parcialmente, por certa espessura material e pela própria identidade do enunciado. Há, aí, uma relação de interdependência: a identidade do enunciado entendida como sua presentificação. Ao detectá-lo, eis que ele se materializa na condição de identidade, de ser. Para isso, necessita de um suplemento, seja através de uma foto, de ilustração, de charge, de texto, palavras, frase, entre outras formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa das considerações finais, este artigo objetivou apresentar uma síntese do percurso teórico-metodológico proposta na *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault (a Análise Arqueológica do Discurso – AAD). Trata-se de mais uma lente de leitura, pela qual os pesquisadores sociais, em especial, da área da Educação, podem utilizar para descrever e analisar os enunciados presentes nas práticas discursivas de um objeto de investigação. Nesse percurso, nossa intenção foi de apresentar as categorias e os principais conceitos da AAD que embasam e norteiam essa ferramenta de pesquisa. Assim, temos ciência de que tal empresa é desafiadora, tem uma perspectiva histórica e foge à análise clássica de análise de discurso linguístico.

Foucault possibilita aos pesquisadores da educação compreenderem determinado fenômeno da educação e da sociedade de um modo geral, uma vez que, com a AAD, podem-se identificar nos discursos as construções sociais que orientam as ações dos sujeitos, suas práticas e modos de convivência. Para isso, torna-se um procedimento o debruçar-se sobre os documentos (achados arqueológicos) produzidos pelos homens para contar suas histórias e modos de vida, para extrair os enunciados que permitam dar a conhecer mais sobre um dado objeto ou como um discurso é produzido sobre algo. Isso porque, “[...] a partir dos próprios discursos, da materialidade dos enunciados, de suas condições de produção, pode-se descrever a trama de coisas ditas a respeito de uma época [...]” (FISCHER, 1996, p. 125). Assim, os textos estudados e analisados, oriundos de documentos e de depoimentos orais e escritos, possibilitam ao pesquisador conhecer mais sobre como um saber vem se construído ao longo de um percurso histórico.

Com essas afirmações e os desafios postos, desejamos que o leitor possa se apropriar de mais uma ferramenta para desenvolver suas pesquisas e contribuir com a produção do conhecimento na área da educação, foco deste texto.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el uso de la arqueología del saber, propuesto por Michel Foucault, como una herramienta para la investigación en el campo de la educación: el Análisis Arqueológico del Discurso (AAD). Este enfoque teórico-metodológico ha sido objeto de reflexiones para diferentes estudiosos, como una alternativa al análisis de objetos de investigación. El AAD trabaja con textos, cuidadosamente escogidos de la propiedad de un corpus de material, es decir, de cosas que se dicen, expresados en un momento y lugar determinados, como la apariencia algo posible en un momento dado. Por lo tanto, es un enfoque de un carácter histórico. Tiene como principales categorías discurso y enunciado. Por último, es una lente de investigación que nos permite comprender ciertos fenómenos de la educación y la

sociedad en general, ya que, con el AAD existe la posibilidad de identificar los discursos, las construcciones sociales que guían las acciones de los individuos, su prácticas y formas de vida.

Palabras-clave: Análisis del Discurso Arqueológico; Investigación; Educación

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Tempo de transcendência:** o ser humano com um projeto infinito. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

CAMARÃO, Virna do Carmo. Conselho escolar e discurso da participação. In: VASCONCELOS, José Gerardo; MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Germano (Orgs.). **Um dispositivo chamado Foucault.** Fortaleza: LCR, 2002. p. 113-1119 (Coleção Diálogos Intempestivos).

CARLOS, Erenildo João. O discurso sobre a educação de jovens e adultos: uma possibilidade de análise na perspectiva foucaultiana. In: VASCONCELOS, José Gerardo; MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Germano. (Orgs.). **Um dispositivo chamado Foucault.** Fortaleza: LCR, 2002. p. 99-112 (Coleção Diálogos Intempestivos).

_____. **Visita pedagógica:** subsídios para re-pensar o planejamento cotidiano do ensino da matemática no Projeto Escola Zé Peão. João Pessoa: [s.n.], 1996 (Fotocopiado).

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** Tradução Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação matemática:** da teoria à prática. 10. ed. Campinas: Papirus, 2003.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário Foucault:** um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** Tradução Cláudia Sant'Anna Martins e Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FAE, Rogério. A genealogia em Foucault. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, set./dez. 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-737220040003&Ing=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2008.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov., 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.org.br>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 371-389, jul./dez., 2003. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

_____. **Adolescência em discurso:** mídia e produção de subjetividade. 1996. 297f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000b.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. Entrevista com Michel Foucault. Entrevistadores: Sérgio Paulo Rouanet e José Guilherme Merquió. In: _____. et al. **O homem e o discurso**: a arqueologia de Michel Foucault . 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MACHADO, Roberto. A arqueologia do saber. In: _____. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

OLIVEIRA, Cláudio José de. Discursos sobre a matemática escolar: um estudo a partir da Revista Nova Escola. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30., 2007, Caxambú. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPEd, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discursos**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina (Orgs.). **Por que Foucault?** novas diretrizes para a pesquisa educacional. Tradução Vinícius Figueira Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O adeus às metanarrativas educacionais. In: _____. (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 247-258.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.